

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	16 maio 2015	VERSÃO A
---	---------------------	-----------------



PARTE II – Duração: 2 horas

Leia com atenção as seguintes instruções:

- Na folha de respostas escreva o seu nome, o número de membro estagiário e a versão da prova de exame (A, B ou C). A não indicação de qualquer um destes elementos implica a anulação da prova.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores. Por cada resposta errada serão descontados 0,1 valores. Não será penalizada a ausência de resposta.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um “X” a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão. Se assinalar mais do que uma alínea de resposta para a mesma questão, essa questão será considerada como não respondida.

Se, por lapso, assinalar uma resposta e posteriormente quiser corrigi-la, deverá riscar a resposta dada inicialmente e escrever a outra que considera correta. No verso da Folha de Respostas, deverá ainda identificar de modo claro a questão corrigida e a resposta que definitivamente quer considerar correta.

COMPROVATIVO DE ENTREGA	
Nome:	_____
Doc. Identificação:	
B. I:	_____ Cartão Cidadão: _____ Passaporte: _____
N.º Membro Estagiário/Processo:	_____
O Júri:	_____

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)	16 maio 2015	VERSÃO A
---	---------------------	-----------------



Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE PORTUGUESA

Questão 26.

Uma sociedade que vende imóveis a particulares, em relação a estas vendas:

- a) Não pode renunciar à isenção de IVA.
- b) Pode renunciar à isenção de IVA, mas não tem qualquer vantagem nessa renúncia.
- c) Pode renunciar à isenção de IVA, tendo vantagem em fazê-lo se não baixar o preço de venda dos imóveis.
- d) Só pode renunciar à isenção de IVA se mantiver o preço de venda dos imóveis.

Questão 27.:

No passado dia 5, a Sociedade Alfa, S.A., com sede em Lisboa, vendeu uma máquina a um seu cliente, sendo feita a entrega da mesma a este nessa data. Entretanto, a factura correspondente só hoje foi emitida.

O IVA tornou-se exigível:

- a) Em 5 de maio.
- b) Em 10 de maio.
- c) Em 12 de maio.
- d) Hoje.

Questão 28.:

Em 1 de março de 2014, a Sociedade Beta, Lda. celebrou um contrato de locação financeira de uma viatura, no valor de 30.000 €, destinada a uso pessoal do seu director financeiro, Dr. Adriano Almeida, no âmbito de acordo escrito com este celebrado e que de imediato entrou em vigor.

Tendo o contrato de trabalho que ligava o Dr. Adriano Almeida à Sociedade Beta, Lda. cessado, por mútuo acordo, em 31 de Outubro de 2014, altura em que deixou de usar a referida viatura, o rendimento tributável em IRS, em 2014, do Dr. Adriano Almeida, relativo à utilização pessoal da viatura foi de:

- a) Zero, pois o uso da viatura foi feito no âmbito de acordo escrito.
- b) 1.800,00 €.
- c) 6.000,00 €.
- d) 7.500,00 €.

Questão 29.:

No ano de 2013, a Sociedade Gama, S.A. apurou prejuízo fiscal reportável em sede de IRC no valor de 55.000 €.

A estrutura accionista (coincidente com os direitos de voto) da sociedade desde a sua constituição e durante todo o ano de 2013 era a seguinte:

- Sr. José Costa: 60%
- Sr. João Ribeiro: 25%
- Sr. Vítor Reis: 15%

Durante o ano de 2014, perdeu o direito ao reporte daquele prejuízo. Tal poderá ter acontecido em resultado de:

- a) O Sr. José Costa ter doado as suas acções ao seu único filho, o Sr. Miguel Costa.
- b) Alteração do objecto social da sociedade.
- c) O Sr. José Costa ter alienado as suas acções ao Sr. João Ribeiro.
- d) O volume de negócios ter ultrapassado 1.000.000 €.

Questão 30.:

Uma sociedade por quotas cujo capital é detido durante todo o ano por três engenheiros e três arquitectos e cujo objecto social único é o exercício de actividades profissionais levadas a cabo pelos seis sócios:

- a) Fica obrigatoriamente abrangida pelo regime de transparência fiscal.
- b) Não fica abrangida pelo regime de transparência fiscal.
- c) Por opção, pode ficar abrangida pelo regime de transparência fiscal.
- d) Só fica abrangida pelo regime de transparência fiscal se os sócios exercerem a sua actividade exclusivamente através da sociedade.

Questão 31.:

Em nenhuma circunstância podem constituir um grupo tributado ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS):

- a) As sociedades que apenas apresentem gastos, na medida em que estão inactivas.
- b) As sociedades dominadas que apurem prejuízo fiscal nos últimos três exercícios económicos.
- c) As sociedades dominadas detidas directa ou indirectamente em menos de 75% (correspondente a 70% dos direitos de voto).
- d) As sociedades dominantes que apurem prejuízo contabilístico nos últimos três exercícios económicos.

Questão 32.:

Estão sujeitos a tributação autónoma em IRC os gastos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros:

- a) Apenas os gastos fiscalmente aceites.
- b) Apenas os gastos fiscalmente não aceites.
- c) Todos os gastos, sejam ou não fiscalmente aceites.
- d) nenhuns dos gastos.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 33.:

Determinada empresa da indústria transformadora dispõe de uma dada estrutura de custos/gastos de produção que manteve. Com o aumento das quantidades fabricadas:

- O custo fixo unitário diminui.
- O custo variável unitário aumenta.
- O custo total unitário diminui tendendo para o custo variável unitário.
- O custo total unitário aumenta.

Questão 34.:

Suponha que lhe apresentam os dados seguintes de um período do produto Beta:

- Produção terminada: 65.000 unidades.
- Saldo inicial da conta de Fabricação – Produto Beta (5.000 unidades): matérias primas – 20.800 € (80% de acabamento) e gastos de conversão 18.152 € (20% de acabamento).
- Gastos do período: matérias primas – 200.000 € e gastos de conversão – 274.000 €.
- Produção em vias de fabrico final – 4.000 unidades que integram matérias primas com 100% de acabamento e 20% de gastos de conversão.

Sabendo que a empresa segue o custo médio ponderado na mensuração dos inventários o custo de cada unidade produzida no período é de:

- 7,64 €.
- 7,45 €.
- 7,68 €.
- 7,20 €.

Questão 35.:

Uma empresa industrial segue o sistema de custeio padrão na mensuração da produção. Para o período N foi definido pelo Comité de Padrões que para produzir uma tonelada de produto Gama são utilizadas 13 horas-homem (Hh). O padrão de mão de obra considera 14€ de remunerações a que crescem 50% de encargos sociais.

Em determinado mês foram produzidas 580 toneladas de produto Gama e contrataram-se 7.450 horas de operário por 163.900 €.

Os desvios de preços e de quantidades de mão de obra do período foram respetivamente de:

- Favorável de 7.440 € e desfavorável de 1.870 €.
- Desfavorável de 7.470 € e desfavorável de 1.880 €.
- Desfavorável de 7.450 € e favorável de 1.890 €.
- Favorável de 7.460 € e favorável de 1.850 €.

Questão 36.:

A empresa Alfa dispõe de uma estrutura fabril onde através da transformação de diversas matérias primas obtém obrigatoriamente os produtos X e Y e o subproduto S. Para acabar os produtos torna-se ainda necessário suportar os seguintes gastos fabris:

- Produto X: 10.000 €;
- Produto Y: 24.000 €;
- Subproduto S: 6.000 €.

Produziram-se 5.000 unidades de X e 10.000 unidades de Y que acarretaram de custos conjuntos ou comuns 54.800 € de matérias e materiais diretos e 65.200 € de gastos de conversão.

O preço de venda médio praticado para X e Y é respectivamente 18,00 € e 14,40 € e espera-se que a produção de S seja vendida por 14.000 €.

Sabendo que a empresa reparte os custos conjuntos pelo valor de venda relativo no ponto de separação e mensura o subproduto pelo lucro nulo, o custo unitário do período de X e Y é respectivamente:

- a) 10,86 € e 9,62 €.
- b) 10,96 € e 9,12 €.
- c) 9,68 € e 9,20 €.
- d) 9,12 € e 10,96 €.

Questão 37.:

A empresa Industrial Gama dispõe de uma estrutura fabril com secções principais para a transformação de diversos materiais em produtos acabados que vende no mercado. Para o efeito, dispõe das secções auxiliares *Conservação* e *Captação de Água* destinadas a apoiar as secções da fábrica e da estrutura não fabril, para além de uma secção *Direção Fabril* cujos custos/gastos são repartidos em percentagem pelas restantes secções fabris, cabendo 10% a cada uma das secções auxiliares referidas.

Em certo período a *Conservação* e a *Captação de Água* tiveram de custos/gastos diretos 9.150€ e 5.150 €, respetivamente, para além de 48.000 € de custos/gastos de *Direção Fabril*.

No mesmo período a atividade de *Conservação* foi de 400 Hh e a atividade de *Captação de Água* forneceu 20.000 m³ de água, sendo 1.000 m³ consumidos pela *Direção Fabril*.

No período, o custo unitário da unidade de obra de *Conservação* e de *Captação de Água* foi respetivamente de:

- a) 35,00 € e 0,60 €.
- b) 30,00 € e 0,50 €.
- c) 33,00 € e 0,60 €.
- d) 35,00 € e 0,50 €.



Questão 38.:

A Sociedade B comercializa o produto Alfa ao preço de 32 € cada. O custos variável médio é de 16 € e os gastos fixos somam 2.560 milhares de euros. Actualmente são vendidas 200.000 unidades por período.

Informações recolhidas junto da concorrência configuram a necessidade de fazer baixar o preço de venda de 10%.

Se a empresa optar por baixar o preço de venda, para manter o actual nível de resultados, necessita de vender:

- a) 280.000 unidades
- b) 250.000 unidades.
- c) 240.000 unidades.
- d) 260.000 unidades.

QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

**A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 39 A 45, A SEGUIR APRESENTADAS,
DEVERÁ SER EFETUADA COM BASE NO SNC**

Questão 39.:

No mês de janeiro de 2015, a empresa Alfa registou a lista de pagamentos e recebimentos que se segue. Considerando apenas os movimentos financeiros constantes dessa lista, calcule o fluxo das atividades operacionais do período:

- Pagamento a fornecedores de investimentos	2.000 €
- Cobranças de dívidas de clientes	70.000 €
- Pagamento de salários	15.000 €
- Entrega de IVA ao Estado	8.000 €
- Venda de equipamento fabril	12.000 €
- Pagamento a fornecedores de matérias-primas	18.000 €
- Reembolso de empréstimo bancário	10.000 €
- Pagamento de seguros obrigatórios	4.000 €

- a) 33.000 €.
- b) 29.000 €.
- c) 25.000 €.
- d) 37.000 €.

Questão 40.:

Em 2014 a sociedade CDE, S.A., cujo capital social é de 2.000.000 €, representado por 2 milhões de ações com o valor nominal de 1€, adquiriu 200.000 ações próprias por 2,25€/cada. No decurso do mesmo ano alienou ainda 100.000 dessas ações por 2,5 € cada. Estas operações, conjuntamente, geraram uma variação nos capitais próprios da CDE, S.A., em 2014:

- a) Positiva de 25.000 €.
- b) Negativa de 125.000 €.
- c) Negativa de 200.000 €.
- d) Negativa de 450.000 €.

Questão 41.:

Uma empresa celebrou um contrato para a construção de um imóvel pelo montante de 5.000.000 €. O custo para a realização do contrato foi estimado em 4.000.000 €, tendo sido revisto no final do segundo ano para 3.500.000 €.

O prazo previsto para a execução do contrato é de três anos e a faturação será emitida: 30 % no primeiro ano, 40 % no segundo ano e 30 % com a conclusão da obra.

Dados do contrato ao longo do período de execução:

(valores em euros)	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Custos incorridos	1.500.000	1.300.000	700.000
Custos a incorrer, estimados no final de cada ano	2.500.000	700.000	0
Faturação	1.500.000	2.000.000	1.500.000

Sabendo que, no Ano 2, estavam por aplicar materiais já imputados ao custo da obra no valor de 175.000 €, o resultado da obra nesse período foi de:

- a) 1.000.000 €.
- b) 700.000 €.
- c) 750.000 €.
- d) 825.000 €.

Questão 42.:

Em janeiro de 2014 a sociedade ABC, Lda. adquiriu a uma sociedade italiana uma importante marca de renome mundial. Para concretizar o negócio incorreu nos seguintes dispêndios:

- Honorários pagos a advogados: 30.000 € a cada um dos dois mandatários intervenientes (português e italiano) na concretização do negócio;
- Fatura de compra da referida marca: 600.000 €;
- Custos administrativos e outros gastos gerais: 10.000 €;
- Registo da marca em Portugal: 8.000 €.

No âmbito da estratégia de internacionalização delineada, a mesma sociedade procedeu também ao registo da marca ABCold, conseguida em resultado de intenso trabalho do departamento de I&D, desde 2010. A totalidade dos gastos com a criação desta marca ascendeu a 400.000 €, repartidos de igual forma ao longo do período e reconhecidos em gastos em cada um desses períodos.

Indique qual dos valores seguintes deve ser reconhecido em ativos intangíveis pela sociedade ABC, Lda. nas demonstrações financeiras de 2014:

- a) 668.000 €.
- b) 1.078.000 €.
- c) 678.000 €.
- d) 600.000 €.

Questão 43.:

No final do ano de 2014, uma entidade tinha no armazém de produtos acabados 10.000 unidades do artigo X em consequência da devolução de uma venda de 2013. Durante o ano foram feitas várias tentativas de venda, mas não apareceram interessados nos produtos em causa. Assim, a empresa decidiu considerar a perda por imparidade/ajustamento associada àqueles inventários, ainda que não tenha qualquer prova sobre o valor realizável líquido, que a empresa assumiu ser de um euro. O custo de produção dos artigos ascende a 5 € por unidade.

Sabendo que a taxa de IRC foi de 23 % para 2014 e que a taxa para 2015 é de 21 %, indique a alínea que melhor se ajusta à situação descrita em termos dos registos contabilísticos, em 31/12/2014:

- a) Débito de 652 *Perdas p/ imparidade – Em inventários* e crédito de 349 *Produtos acabados e intermédios – Perdas por imparidade acumuladas*, por 40.000 €; e débito de 2742 *Outras contas a receber e a pagar – Impostos diferidos – Passivos por impostos diferidos* e crédito de 8122 *Resultado líquido do período – Imposto sobre o rendimento do período – Impostos diferidos*, por 9.200€.
- b) Débito de 652 *Perdas p/ imparidade – Em inventários* e crédito de 349 *Produtos acabados e intermédios – Perdas por imparidade acumuladas*, por 40.000 €.
- c) Débito de 652 *Perdas p/ imparidade – Em inventários* e crédito de 349 *Produtos acabados e intermédios – Perdas por imparidade acumuladas*, por 40.000 €; e, débito de 2741 *Outras contas a receber e a pagar – Impostos diferidos – Ativos por impostos diferidos* e crédito de 8122 *Resultado líquido do período – Imposto sobre o rendimento do período – Impostos diferidos*, por 8.400€.
- d) Débito de 652 *Perdas p/ imparidade – Em inventários* e crédito de 349 *Produtos acabados e intermédios – Perdas por imparidade acumuladas*, por 40.000 €; e, débito de 2741 *Outras contas a receber e a pagar – Impostos diferidos – Ativos por impostos diferidos* e crédito de 8122 *Resultado líquido do período – Imposto sobre o rendimento do período – Impostos diferidos*, por 9.200€.

Questão 44.:

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa X detinha 55% do capital social da Empresa Y. O capital social da participada, Empresa Y, era de 50.000 €. O capital próprio no final de 2013 era de 120.000 € e no final de 2014 ascendia ao montante de 235.000 €.

Em 2014, esta participada registou resultados positivos, no montante de 20.000 €, não tendo qualquer transação comercial com a detentora do capital.

A participada Empresa Y, seguindo as instruções da empresa mãe, mensurou os imóveis pelo modelo de revalorização, tendo registado um excedente no capital próprio de 130.000 €.

A participada corrigiu saldos de terceiros. Essa correção, por ter sido considerada relevante, foi efetuada na conta *Resultados transitados* e ascende a 5.000 €.

Em 2014, a participada Empresa Y distribuiu resultados à sociedade mãe, provenientes de lucro de anos anteriores. O montante total dos resultados distribuídos ascendeu a 30.000 € e o valor que a Empresa mãe recebeu foi 16.500 € (30.000 x 55 %).



Sabendo que o saldo da conta 4121 *Participações de capital – MEP* era de 65.000 € no início do ano, diga que valor deverá apresentar à data de 31 de dezembro de 2014:

- a) 129.250 €.
- b) 144.750 €.
- c) 128.250 €.
- d) 114.750 €.

Questão 45.:

Uma empresa concluiu a construção de um edifício, tendo procedido à sua inauguração e início de utilização em janeiro de 2014. Assim, foram reconhecidos em *Ativos fixos tangíveis (AFT)* os valores do edifício (fábrica da empresa) por transferência da conta de Investimentos em curso, pelos montantes de:

- Terreno: 150.000 €
- Edifício: 355.900 €

Face ao período que prevê utilizar este edifício, a empresa decidiu atribuir-lhe uma vida útil de 15 anos. Esta vida útil atribuída corresponde a uma taxa de depreciação de 6,66%, que é superior à taxa máxima prevista no Decreto-Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro (5%).

Sabendo que as taxas de IRC foram 23% em 2014 e 21% em 2015 (prevista), os lançamentos contabilísticos que melhor se conformam com a situação descrita, à data de 31/12/2014, são:

- a) Débito de 642 *Gastos de depreciação e de amortização – Ativos fixos tangíveis* e crédito de 4382 *Ativos fixos tangíveis – Depreciações acumuladas – Edifícios*, por 23.726,66 €.
- b) Débito de 642 *Gastos de depreciação e de amortização – Ativos fixos tangíveis* e crédito de 4382 *Ativos fixos tangíveis – Depreciações acumuladas – Edifícios*, por 17.795 €.
- c) Débito de 642 *Gastos de depreciação e de amortização – Ativos fixos tangíveis* e crédito de 4382 *Ativos fixos tangíveis – Depreciações acumuladas – Edifícios*, por 23.726,66 €; e débito de 2741 *Outros contas a receber e a pagar – Impostos diferidos – Ativos por impostos diferidos* e crédito de 8122 *Resultado líquido do período – Imposto s/ rendimento – Impostos diferidos*, por 1.245,65 €.
- d) Débito de 642 *Gastos de depreciação e de amortização – Ativos fixos tangíveis* e crédito de 4382 *Ativos fixos tangíveis – Depreciações acumuladas – Edifícios*, por 23.726,66 €; e débito de 8122 *Resultado líquido do período – Imposto s/ rendimento – Impostos diferidos* e crédito de 2742 *Outros contas a receber e a pagar – Impostos diferidos – Passivos por impostos diferidos*, por 1.245,65 €.

QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 46.:

Os limites de pontuação podem ser ultrapassados:

- Quando o excesso resultar exclusivamente do aumento do volume de negócios das entidades a quem o TOC, no exercício anterior, já prestava os seus serviços.
- Por decisão do conselho disciplinar.
- Não há qualquer excepção aos limites de pontuação previstos no Estatuto.
- Nenhuma das anteriores.

Questão 47.:

A execução de contabilidades em que seja exigida a intervenção do TOC apenas pode ser contratada:

- Pelo próprio TOC ou pela sua entidade patronal.
- Pelo TOC, por uma sociedade de contabilidade ou por uma sociedade de profissionais.
- Por empresário em nome individual, desde que identifique o TOC responsável.
- Por sociedades de contabilidade ou sociedades de profissionais.

Questão 48.:

O dever de segredo profissional:

- Mantém-se, mesmo após a cessação de actividade do TOC.
- É derogado quando estiver em causa a prestação de informação à Autoridade Tributária e Aduaneira.
- Apenas inclui matérias de natureza comercial ou industrial.
- Pode ser derogado mediante prévia autorização do conselho directivo da Ordem.

Questão 49.:

A violação dos limites estatutários à publicidade para angariação de clientela por uma sociedade de contabilidade é imputada disciplinarmente:

- Ao gerente da sociedade de contabilidade, caso se trate de um TOC.
- Ao responsável técnico da sociedade de contabilidade e eventuais gerentes que sejam também técnicos oficiais de contas.
- A todos os TOC que trabalhem na sociedade de contabilidade.
- Por se tratar de uma pessoa colectiva, não há responsabilidade disciplinar.

Questão 50.:

Uma sociedade de profissionais pode adoptar a natureza de:

- Qualquer dos tipos previstos no Código das Sociedades Comerciais.
- Sociedade civil, sociedade comercial ou outra legalmente prevista.
- Sociedade irregular, sociedade civil ou sociedade comercial.
- Todas as anteriores.